

## **Bolonha e a reforma do Ensino Superior em Portugal**

Discretamente, aproxima-se uma reforma do Ensino Superior que poderá ser revolucionária! Toda a Europa está a reformar o Ensino Superior e Portugal está também a começar a mexer neste assunto. Contudo, o jargão bruxelês em que estão vertidos todos os documentos sobre o assunto tem inibido a discussão pública. Porque interessa a todos actuais alunos, futuros profissionais graduados e futuros alunos, convirá verter em linguagem comum a problemática em discussão para compreendermos o que nos espera.

Como é frequente, a história começou de forma muito discreta e quase accidental. Em Maio de 1998 estavam reunidos em Paris vários Ministros da Educação para celebrar os 750 anos da Universidade de Paris – a Sorbonne – e alguns deles preparavam reformas que tinham dificuldade em “vender” aos seus eleitores e, especialmente aos professores e alunos que seriam mais afectados. O Ministro francês, Claude Allègre, teve a ideia brilhante de que uma declaração internacional tornaria tudo mais simples: demonstraria a inevitabilidade da reforma e ficariam só os detalhes para discutir. Como os Ministros alemão e italiano partilhavam preocupações similares, foi fácil fazê-los entrar no mesmo barco. Como o Reino Unido não seria afectado pelas mudanças propostas que pareciam até copiar algo da tradição britânica, foi fácil juntar a assinatura do Ministro de Sua Magestade Britânica. Assim se produziu o que depois ficou conhecido como declaração da Sorbonne em que quatro ministros se comprometem vagamente a introduzir reformas. A Declaração é breve e, na altura, não pareceu de grande importância: mais um documento de circunstância que uma reunião de políticos produz para aparentar um acordo que, muitas vezes, é na prática totalmente inconsequente. Não foi o caso! Um ano depois reuniam-se em Bolonha novamente os Ministros da Educação mas, desta vez, ninguém quis ficar de fora: O documento produzido depois de dura negociação tem 31 assinaturas mesmo que algumas estivessem ainda pouco crédulas como foi o caso da portuguesa. Em 2001, na reunião de Praga, já ninguém duvidava que a chamada Área de Educação Europeia estava em rápido processo de formação e o interesse por este movimento começou mesmo a ultrapassar os limites do continente. Países da Ibero-américa e da Ásia começaram a olhar para o processo europeu como um contraponto ao domínio crescente do modelo norte-americano. É um processo muito curioso e merecedor de estudo: Ainda que desencadeado por iniciativa de quatro ministros da educação, o processo passou rapidamente a ser dinamizado pelas próprias instituições transformando-se numa reforma internacional de participação inteiramente livre e, dentro de muitos países, tem também esta característica de participação voluntária das instituições. Temos de concluir que o terreno estava maduro para uma reforma cujas razões básicas são partilhadas por políticos, por instituições e peritos. Um movimento colectivo algo informe e de contornos difíceis de discernir mas em que todos querem participar. As reformas definidas legislativamente ou

esboçadas autonomamente pelas instituições têm muito de experimental e de tentativa mas algumas preocupações comuns são partilhadas por todos desde a primeira hora.

Os objectivos básicos da declaração de Bolonha que, de tão consensuais, puseram toda a Europa em movimento são, resumidamente, os seguintes:

1. Mobilidade de estudantes e diplomados;
2. Empregabilidade dos diplomados;
3. Competitividade dentro do espaço europeu e com outros espaços.

Para se atingirem estes objectivos, é reconhecida a necessidade de melhorar a legibilidade e a comparabilidade dos graus académicos apoiando-se num sistema de garantia de qualidade dos cursos e sistemas de ensino; a introdução de um sistema compatível de créditos do tipo ECTS e de um Suplemento do Diploma contribuirão para aqueles objectivos.

As posições assumidas pelo CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) em Abril de 2001 e pelo CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos) já em Janeiro de 2002 são concordantes na necessidade de fazer evoluir o sistema de Ensino Superior português no sentido de o integrar plenamente no Espaço Europeu, melhorando para isso a satisfação dos três objectivos genéricos acima. Depois exibem as previsíveis discordâncias quanto à duração dos graus. O CRUP prefere um primeiro grau de Licenciatura com quatro anos a que se pode seguir um mestrado de dois anos ou um doutoramento de três a quatro anos. O CCISP aponta o sucesso profissional dos seus diplomados com três anos para advogar um primeiro grau de três a quatro anos cuja designação preferencial seria a de Licenciatura. Como vem fazendo há bastante tempo, defende que todas as instituições deverão poder conferir um grau de Mestre com a duração de um a dois anos e que o Doutoramento poderá exigir ou não uma parte curricular. Estes pontos de vista são razoavelmente previsíveis dentro da experiência actual de cada um dos sub-sistemas de Ensino Superior. Mais difícil do que obter um consenso quanto ao formato das futuras graduações portuguesas será garantir que a reforma introduzida contribua também para a resolução de alguns dos problemas actuais. Apontaria aqui dois pontos a merecer reflexão, o “insucesso” escolar e a preparação das instituições para a sua reconversão para a aprendizagem ao longo da vida. Em relação ao primeiro problema, embora se deva reconhecer que foram feitos enormes progressos nos últimos decénios, será preciso conceber um sistema que dê saída pessoalmente realizada e socialmente útil aos muitos estudantes que encaham nos primeiros anos por dificuldade de adaptação ou por desajuste entre a opção pessoal e a colocação obtida. Facilitar a reorientação a meio do curso (o que actualmente se pode fazer pelo difícil processo de transferência) poderia atenuar este problema. A reconversão das instituições para a aprendizagem ao longo da vida é um processo difícil. Se fossem convidadas a atrair alunos a uma profissionalização curta (não superior a um ano) competindo assim pelo respectivo financiamento poderiam ver-se grandes progressos de outra forma difíceis de atingir.

Qualquer solução que seja encontrada deverá manter a actual heterogeneidade do sistema de Ensino Superior português. De facto, sob a mesma etiqueta de Bacharelato ou de Licenciatura

(em universidade ou politécnicos, públicos ou privados) temos cursos de níveis e com objectivos muito diversos e que recebem estudantes de capacidades e com motivações muito diferentes. Isto pode ser um grande valor para o acolhimento de uma população jovem muito heterogénea e para a sua preparação para um mercado de trabalho cada vez mais sofisticado. Incentivemos esta heterogeneidade mas aumentemos a transparência da situação real para estudantes, empregadores e sociedade em geral para assim melhorarmos o rendimento do sistema global. Neste aspecto o sistema anglo-americano dá-nos excelentes exemplos mas o sistema francês, apesar da sua matriz napoleónica, mantém uma complexidade e heterogeneidade que talvez ajudem a explicar o sucesso da sociedade francesa e não parece haver qualquer intenção de alterar a situação apesar do interesse francês pelo processo desde a assinatura inicial na Sorbonne. Tudo que o Ministro francês fez foi introduzir um novo nome, o *Mastaire*, para designar qualquer das formações de cinco anos que existiam em universidades ou em *Grandes Écoles*. Em Itália, por outro lado foi introduzida uma nova estrutura de graus com 3+2 anos que se espera tenha menos desperdício que o sistema anterior. Na Alemanha foram introduzidos novos cursos num regime de adopção voluntária pelas instituições em paralelo com os cursos tradicionais. Em qualquer dos casos há grande expectativa quanto à reacção do mercado de trabalho, sendo ainda muito cedo para ter alguma indicação. Mesmo a Suíça, apesar da seu arrogante e bem sucedido isolacionismo, está a alinhar por Bolonha com o objectivo de tornar os seus graus mais reconhecíveis e por isso mais atractivos para estrangeiros e aumentar a mobilidade dos estudantes, esperando atrair ao segundo ciclo de formação os melhores alunos de outras instituições.

A reforma do Ensino Superior está aí, estão criadas as condições para a sua introdução, saibamos nós desenhar um modelo que, para além de algum alinhamento formal com a Europa (o que é muito ao nosso gosto) também crie condições para a melhoria efectiva e progressiva do nosso sistema (o que já exige mais esforço e perseverança). Só assim poderemos oferecer aos nossos jovens oportunidades de competir numa Europa sem fronteiras e num mundo mais globalizado e mais agressivo.

José Ferreira Gomes

Vice-Reitor da Universidade do Porto